

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 8.

O profissional que o Brasil precisa: compromisso, preparo e propósito no serviço público

O Brasil vive uma transformação contínua, mas profunda, no serviço público. Se, décadas atrás, ser servidora ou servidor era sinônimo de realizar tarefas administrativas repetitivas, hoje esses profissionais são protagonistas de políticas públicas que fazem diferença no dia a dia da população como o Imóvel da Gente, Bolsa Família, o Pé-de-Meia, o Farmácia Popular, a Carteira de Identidade Nacional e tantos outros programas essenciais.

Atualmente, 572.362 pessoas integram os quadros da Administração Pública Federal. A imensa maioria – 85,28% – está sob o Regime Jurídico Único (RJU), o que significa que têm estabilidade e vínculo permanente com o Estado. Esses profissionais são responsáveis por fazer o Estado funcionar e entregar políticas em áreas como saúde, educação, segurança, assistência social e infraestrutura.

“O que se espera hoje de um servidor público é muito mais do que conhecimento técnico”, explica o secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), José Celso Cardoso Júnior. “Esperamos um profissional que compreenda a realidade brasileira, tenha senso de responsabilidade pública e esteja comprometido com a cidadania.” As exigências do mundo atual fizeram com que o perfil do servidor também mudasse. Com o avanço da tecnologia e a complexidade crescente das políticas públicas, o Estado passou a buscar profissionais com formação superior, competências múltiplas e capacidade de adaptação.

“O servidor deixou de ser alguém que apenas executa tarefas. Ele é hoje um agente estratégico da transformação social. Tudo que faz precisa ter impacto positivo na vida das pessoas” – José Celso Cardoso (SGP/MGI). (...) “A atuação do servidor público precisa ser cada vez mais voltada para a população. Isso exige sensibilidade, preparo técnico e compromisso social”, reforça José Celso. “O servidor do futuro já está aqui – e está fazendo a diferença.”

Para quem atua, ou quer atuar, no serviço público, o secretário deixa uma mensagem: “O servidor público é agente de transformação. Ele não trabalha para si ou apenas para o governo. Ele trabalha para a cidadania. E também tem a missão de ajudar a reconstruir a imagem do Estado como um ator essencial para o desenvolvimento do país”, finalizou.

Internet: <agenciagov.ebc.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 1



A construção discursiva do texto conduz à compreensão de que o serviço público contemporâneo exige

- (A) uma redefinição do papel do servidor, que passa de executor de rotinas administrativas para agente comprometido com resultados sociais concretos e com a promoção da cidadania.
- (B) a manutenção de um modelo burocrático tradicional, fundamentado na estabilidade funcional e na execução estrita de normas previamente estabelecidas.
- (C) a substituição progressiva de servidores efetivos por modelos flexíveis de contratação que ampliem a competitividade institucional.
- (D) a centralização das decisões estratégicas nas instâncias políticas, restringindo a atuação técnica dos quadros permanentes.
- (E) a priorização da eficiência procedimental interna, em detrimento da efetividade das políticas públicas entregues à população.

QUESTÃO 2



No que se refere à organização discursiva, o texto caracteriza-se predominantemente como

- (A) narrativo-descritivo, por apresentar eventos passados acompanhados de caracterizações minuciosas dos sujeitos envolvidos.
- (B) argumentativo-expositivo, pois articula dados institucionais e depoimentos de autoridade, com a finalidade de sustentar uma tese sobre o perfil esperado do servidor público.
- (C) injuntivo-regulamentar, por estabelecer normas de conduta obrigatórias ao exercício da função pública.
- (D) dialogal-interativo, estruturado a partir da interlocução direta com o leitor por meio de perguntas retóricas sucessivas.
- (E) literário-ensaístico, por recorrer prioritariamente a recursos metafóricos e subjetivos para persuadir o leitor.

QUESTÃO 3



A inclusão de dados estatísticos a respeito do número de servidores e o percentual vinculado ao regime jurídico cumpre a função discursiva de

- (A) relativizar a importância do serviço público diante de sua dimensão numérica restrita.
- (B) questionar implicitamente a estabilidade funcional como instrumento de gestão.
- (C) evidenciar a amplitude estrutural da Administração Pública Federal e contextualizar o alcance das políticas executadas.
- (D) introduzir debate técnico sobre regimes jurídicos comparados no direito administrativo.
- (E) sugerir que a permanência funcional compromete a inovação institucional.

QUESTÃO 4



Considerando as normas da regência verbal e do emprego da crase na língua portuguesa, assinale a opção redigida integralmente de acordo com a norma-padrão e coerente com a construção sintática formal exigida em textos institucionais.

- (A) O Estado exige dos servidores comprometimento à cidadania e responsabilidade quanto à implementação de políticas públicas voltadas à população.
- (B) O Estado exige aos servidores comprometimento com a cidadania e responsabilidade na implementação de políticas públicas voltadas a população.
- (C) O Estado exige aos servidores comprometimento com a cidadania e responsabilidade na implementação de políticas públicas voltadas à população.
- (D) O Estado exige dos servidores comprometimento com à cidadania e responsabilidade na implementação de políticas públicas voltadas à população.
- (E) O Estado exige dos servidores comprometimento com a cidadania e responsabilidade na implementação de políticas públicas voltadas à população.

QUESTÃO 5



No desenvolvimento argumentativo do texto, estabelece-se uma relação entre as transformações ocorridas no serviço público e a redefinição do perfil profissional exigido dos servidores. Considerando essa relação lógico-semântica, assinale a opção cujo conector expressa adequadamente o vínculo estabelecido entre a mudança estrutural e a necessidade de adaptação profissional.

- (A) A Administração Pública passou por transformações estruturais relevantes, não obstante, tornou-se imprescindível que o servidor desenvolva competências múltiplas e capacidade de adaptação.
- (B) A Administração Pública passou por transformações estruturais relevantes, contudo, tornou-se imprescindível que o servidor desenvolva competências múltiplas e capacidade de adaptação.
- (C) A Administração Pública passou por transformações estruturais relevantes, entretanto, tornou-se imprescindível que o servidor desenvolva competências múltiplas e capacidade de adaptação.
- (D) A Administração Pública passou por transformações estruturais relevantes, por conseguinte, tornou-se imprescindível que o servidor desenvolva competências múltiplas e capacidade de adaptação.
- (E) A Administração Pública passou por transformações estruturais relevantes, ainda que se torne imprescindível que o servidor desenvolva competências múltiplas e capacidade de adaptação.

QUESTÃO 6



A inserção de declarações de autoridade institucional no texto tem como principal efeito discursivo

- (A) enfraquecer a objetividade da exposição ao introduzir perspectiva subjetiva isolada.
- (B) produzir ruptura temática na progressão argumentativa.
- (C) conferir legitimidade e credibilidade às ideias defendidas, por meio de voz institucional qualificada.
- (D) transformar o texto em discurso meramente opinativo, sem base factual.
- (E) restringir a interpretação do leitor a uma visão exclusivamente técnica e normativa.

QUESTÃO 7



Considerando o trecho “O servidor público é agente de transformação. Ele não trabalha para si ou apenas para o governo. Ele trabalha para a cidadania. E também tem a missão de ajudar a reconstruir a imagem do Estado como um ator essencial para o desenvolvimento do país”, assinale a opção cuja reformulação preserva a coerência temática e a correção gramatical do texto.

- (A) **O servidor público atua para a cidadania e para o desenvolvimento do País, assumindo responsabilidade que transcende interesses estritamente governamentais.**
- (B) **O servidor público atuam em prol da cidadania e do desenvolvimento nacional, cuja responsabilidade ultrapassa os limites governamentais.**
- (C) **O servidor público atua à cidadania e ao desenvolvimento do País, extrapolando a competência institucional prevista.**
- (D) **O servidor público atua para a cidadania, desenvolvendo o País, cujos interesses governamentais são secundários.**
- (E) **O servidor público atuam para a cidadania e desenvolve políticas que independem do Estado.**

QUESTÃO 8



Assinale a opção redigida integralmente de acordo com a norma-padrão, preservando o paralelismo sintático e a regência adequada.

- (A) Espera-se dos servidores públicos compromisso social, competências múltiplas e que sejam capazes de adaptar-se às transformações institucionais.
- (B) Espera-se dos servidores públicos o compromisso social, as competências múltiplas e a capacidade de adaptação às transformações institucionais.
- (C) Esperam-se dos servidores públicos o compromisso social, competências múltiplas e capacidade de adaptação às transformações institucionais.
- (D) Espera-se dos servidores públicos compromisso social, competências múltiplas e capacidade de adaptação às transformações institucionais, os quais são fundamentais.
- (E) Espera-se dos servidores públicos o compromisso social, competências múltiplas e capacidade de adaptação à transformações institucionais.

QUESTÃO 9



Sabendo-se que as proposições “Romário é alto” e “Roberto é explosivo” são falsas, assinale a opção correta.

- (A) Romário é alto ou Roberto é explosivo.
- (B) Romário é alto se, e somente se, Roberto é explosivo.
- (C) Se Romário não é alto, então Roberto é explosivo.
- (D) Se Roberto não é explosivo, então Romário é alto.
- (E) Ou Romário é alto, ou Roberto é explosivo.

QUESTÃO 10



Uma moeda desonesta tem 60% de probabilidade de sair cara em cada lançamento. A moeda é lançada 2 vezes, de forma independente. A partir dessa informação, assinale a opção que apresenta a probabilidade de sair 2 caras ou 2 coroas.

- (A) 36%
- (B) 48%
- (C) 52%
- (D) 56%
- (E) 64%

QUESTÃO 11



Paulo fez 1 simulado por dia, durante 2 semanas, cada um com 10 questões, para se preparar para a prova de raciocínio lógico de um concurso. Em cada dia, ele anotou quantas questões acertou. Os números de acertos foram 6, 7, 8, 7, 9, 7, 7, 8, 7, 7, 8, 7, 10 e 7.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a média do número de acertos nesses 14 dias.

- (A) 6,5
- (B) 7,0
- (C) 7,4
- (D) 7,5
- (E) 8,0

QUESTÃO 12



Cláudia, maratonista, fez um treino em que aumentou a distância corrida a cada dia, sempre pelo mesmo acréscimo. No 1º dia, ela correu 6 km e, no 8º dia, correu 20 km.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta a distância total percorrida por Cláudia nos 8 dias desse treino.

- (A) 96 km
- (B) 100 km
- (C) 104 km
- (D) 112 km
- (E) 120 km

QUESTÃO 13



Em uma formatura, a turma deve escolher, entre 20 professores, 1 patrono, 1 paraninfo e 2 professores homenageados, sendo que ninguém pode acumular mais de uma função e que a ordem entre os dois homenageados não importa.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o número de maneiras de fazer essa escolha.

- (A) 3.633
- (B) 7.267
- (C) 14.353
- (D) 29.070
- (E) 58.140

QUESTÃO 14



Uma loja vendeu um celular por R\$ 1.619,94 após aplicar um desconto de 40% sobre o preço original.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o preço original desse celular.

- (A) R\$ 2.699,90
- (B) R\$ 2.749,90
- (C) R\$ 2.799,90
- (D) R\$ 2.849,90
- (E) R\$ 2.899,90



RASCUNHO

Nas questões que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 15

O *hardware* de um sistema computacional é composto de dispositivos físicos responsáveis pelo processamento, pelo armazenamento e pela comunicação de dados. A arquitetura moderna dos computadores utiliza diferentes componentes integrados que atuam de forma coordenada para garantir desempenho, confiabilidade e escalabilidade. Considerando essa informação e acerca dos fundamentos técnicos de *hardware*, assinale a opção que apresenta um conceito estrutural do *hardware* de um computador.

- (A) O disco rígido realiza processamento aritmético e lógico das aplicações.
- (B) A CPU executa instruções por meio dos ciclos de busca, decodificação e execução.
- (C) A placa-mãe atua como unidade principal de cálculo computacional.
- (D) A fonte de alimentação realiza comunicação direta entre dispositivos periféricos.
- (E) A GPU substitui a função do sistema operacional no controle do *hardware*.

QUESTÃO 16

O Conselho Regional de Serviço Social do Estado do Rio Grande do Sul implantou o Microsoft Teams como plataforma oficial de comunicação interna. Durante a organização de uma força-tarefa para a análise de processos éticos, os servidores do Conselho passaram a produzir relatórios colaborativos que precisaram ser editados simultaneamente, manter o histórico de versões, respeitar as permissões por setor e permanecer vinculados ao ambiente institucional do Microsoft 365. O acesso a esses documentos ocorre diretamente dentro do Teams, mas o armazenamento permanece associado ao serviço corporativo responsável pelo repositório de arquivos.

Com base nessa situação hipotética e no que se refere a esse cenário, assinale a opção que apresenta o recurso do Teams utilizado pelos servidores para acessar e gerenciar esses documentos colaborativos.

- (A) Atividade
- (B) Calendário
- (C) Chat
- (D) Arquivos
- (E) Chamadas

QUESTÃO 17

O iOS disponibiliza recursos nativos que permitem controle de privacidade, gerenciamento multitarefa e integração entre os aplicativos e os serviços do ecossistema Apple. Considerando essa informação, bem como os mecanismos internos do sistema, assinale a opção que apresenta ao recurso responsável por restringir o acesso dos aplicativos a dados sensíveis do usuário, como câmera, microfone e localização.

- (A) App Privacy Report
- (B) Control Center
- (C) AirDrop
- (D) Siri
- (E) Spotlight Search

QUESTÃO 18

O Microsoft Edge é um navegador que se baseia no projeto Chromium, que integra recursos de segurança, produtividade e gerenciamento corporativo. No que se refere às suas funcionalidades nativas, assinale a opção que apresenta o recurso utilizado para organizar abas abertas em conjuntos nomeados, facilitando a navegação e o gerenciamento de múltiplas tarefas.

- (A) Coleções
- (B) Leitor Imersivo
- (C) Grupos de guias
- (D) Modo InPrivate
- (E) Barra Favoritos

QUESTÃO 19

Em ambientes corporativos que utilizam Google Workspace, a administração de arquivos no Google Drive envolve diferenças operacionais entre áreas pessoais e espaços colaborativos gerenciados. A partir dessa informação e considerando-se o comportamento de propriedade dos arquivos, a persistência de dados e o controle administrativo, assinale a opção que apresenta corretamente uma característica associada às Unidades Compartilhadas (*Shared Drives*) em comparação ao Meu Drive.

- (A) Os arquivos ficam vinculados exclusivamente à conta do usuário que realizou o *upload* inicial.
- (B) O acesso depende do compartilhamento manual individual de cada arquivo armazenado.
- (C) A exclusão de um membro provoca a remoção automática dos arquivos criados por ele.
- (D) O versionamento de arquivos permanece desativado nesse tipo de unidade.
- (E) Os arquivos pertencem ao domínio organizacional e permanecem acessíveis mesmo após a remoção do criador original.

QUESTÃO 20

Os sistemas modernos de inteligência artificial utilizam diferentes abordagens para resolver problemas complexos, incluindo técnicas que se baseiam em dados, regras e modelos probabilísticos. Com base nessa informação e no que se refere aos conceitos fundamentais relacionados ao processo de aprendizado, capacidade de generalização e adaptação a novos cenários, assinale a opção que apresenta uma característica associada ao fenômeno de *overfitting* em modelos de aprendizado de máquina.

- (A) O algoritmo reduz propositalmente o número de parâmetros para aumentar a variabilidade do conjunto de treinamento.
- (B) O processo de treinamento elimina ruídos por meio de regras simbólicas determinísticas.
- (C) O modelo apresenta alto desempenho nos dados de treino e baixo desempenho em dados não vistos anteriormente.
- (D) O modelo aumenta a taxa de aprendizado para acelerar a convergência global do gradiente.
- (E) O classificador passa a operar sem dependência de dados rotulados.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

QUESTÃO 21



Um determinado servidor público municipal, a fim de beneficiar um colega de infância, alterou a ordem cronológica de alguns processos administrativos, de modo que o processo de seu colega foi elevado ao topo da apreciação.

A partir dessa situação hipotética, é correto afirmar que, diante dessa conduta, o servidor público concorreu para

- (A) violação aos princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa, por favorecer interesse pessoal em detrimento do interesse público.
- (B) atuação legítima da Administração Pública, desde que não haja prejuízo financeiro ao erário.
- (C) exercício regular de discricionariedade administrativa, uma vez que a ordem de análise dos processos pode ser alterada livremente.
- (D) mera falha procedimental, sanável sem repercussão ética ou funcional.
- (E) observância do princípio da eficiência, ao priorizar processo de maior relevância social.

QUESTÃO 22



A ética na função pública está relacionada, principalmente, ao(à)

- (A) cumprimento exclusivo das ordens superiores, ainda que contrárias à moralidade.
- (B) observância dos valores morais, dos princípios e das normas que orientam a conduta do agente público.
- (C) busca de vantagens pessoais no exercício do cargo.
- (D) aplicação rígida da legalidade, independentemente de valores éticos.
- (E) atuação discricionária sem limites legais.

QUESTÃO 23



Um determinado servidor público municipal, pautado pela proficiência e pelo princípio explícito da eficiência, praticou atos que extrapolaram a legalidade à qual a Administração Pública está vinculada.

Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que esse servidor público

- (A) agiu de forma ilegal, pois o princípio da eficiência não autoriza o agente público a afastar-se do princípio da legalidade.
- (B) atuou corretamente, uma vez que a eficiência prevalece sob a legalidade quando há interesse público envolvido.
- (C) exerceu discricionariedade administrativa legítima, podendo afastar a legalidade para alcançar melhores resultados.
- (D) observou plenamente os princípios constitucionais, pois a eficiência legitima a prática de atos não previstos em lei.
- (E) não cometeu qualquer irregularidade ética, visto que não causou prejuízo ao erário.

QUESTÃO 24



Dois particulares integravam o quadro societário de uma pessoa jurídica de direito privado. À luz da Lei de Improbidade Administrativa e considerando-se as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021, à referida pessoa jurídica foi atribuída a prática de ato de improbidade administrativa.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que os sócios da empresa

- (A) não serão responsabilizados pelo ato de improbidade atribuído à pessoa jurídica, salvo se restar comprovada a participação direta e a obtenção de benefício pessoal, hipótese em que responderão na medida de sua participação.
- (B) responderão automaticamente pelo ato ímprobo imputado à pessoa jurídica, uma vez que a responsabilidade se estende, de forma objetiva, aos administradores e aos sócios, independentemente de demonstração de envolvimento na conduta ilícita.
- (C) não poderão ser responsabilizados, exceto se for demonstrada a participação direta ou indireta e a percepção de benefício, hipótese em que a responsabilização será ilimitada, em razão da natureza gravosa do ato de improbidade.
- (D) não responderão, pois tanto a pessoa jurídica quanto seus sócios não podem figurar como sujeitos ativos de atos de improbidade administrativa, sendo a Lei nº 8.429/1992 aplicável exclusivamente aos agentes públicos.
- (E) não serão responsabilizados em nenhuma circunstância, uma vez que a legislação de improbidade restringe a imputação e as sanções apenas à pessoa jurídica eventualmente envolvida.

QUESTÃO 25

À luz da jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, a respeito da aplicação da Lei de Improbidade Administrativa, após as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021, especialmente no que se refere à legitimidade dos entes municipais para a propositura de ações de improbidade administrativa e para a celebração de acordo de não persecução civil quando houver interesse patrimonial do ente federativo e no que se refere à possibilidade de atuação da advocacia pública na defesa de agentes públicos que praticaram atos administrativos precedidos de parecer jurídico favorável, assinale a opção correta.

- (A) Os municípios carecem de legitimidade própria para ajuizar ações de improbidade administrativa ou para celebrar acordo de não persecução civil, sendo constitucional a imposição legal de que a advocacia pública defenda o agente público sempre que houver parecer jurídico prévio que ateste a legalidade do ato.
- (B) A legitimidade municipal limita-se ao ajuizamento da ação de improbidade administrativa, sendo exclusiva do Ministério Público a atribuição para firmar acordo de não persecução civil, reputando-se constitucional a atuação obrigatória da advocacia pública na defesa do administrador público nas hipóteses previstas em Lei.
- (C) Compete exclusivamente ao Ministério Público o ajuizamento da ação de improbidade administrativa, cabendo aos municípios apenas a celebração do acordo de não persecução civil, sendo inconstitucional qualquer previsão legal que autorize a advocacia pública a patrocinar a defesa do agente público nessas demandas.
- (D) Os municípios possuem legitimidade concorrente e independente tanto para propor ação de improbidade administrativa quanto para celebrar acordo de não persecução civil, sendo inconstitucional a imposição genérica de que a advocacia pública represente o agente público nessas ações, admitindo-se, contudo, tal atuação quando expressamente autorizada por legislação específica.
- (E) A celebração de acordo de não persecução civil pelo município somente é admissível antes do ajuizamento da ação de improbidade administrativa, implicando renúncia ao exercício da pretensão sancionatória, sendo constitucional a exigência legal de atuação obrigatória da advocacia pública na defesa do administrador público nas hipóteses descritas.

QUESTÃO 26

Conforme a Lei nº 8.429/1992, caso uma determinada autoridade pública tome conhecimento de fatos que indiquem, em tese, a ocorrência de ato de improbidade administrativa, ela deverá adotar providências específicas previstas em Lei. Nesse caso, de acordo com o art. 7º da Lei de Improbidade Administrativa, havendo indícios de ato de improbidade, é correto afirmar que a autoridade que tiver ciência dos fatos deverá

- (A) instaurar, obrigatoriamente, processo administrativo disciplinar, aplicando as sanções cabíveis, independentemente da atuação de outros órgãos.
- (B) encaminhar representação ao Ministério Público competente, para que sejam adotadas as medidas legais pertinentes.
- (C) ajuizar diretamente a ação de improbidade administrativa, uma vez que possui legitimidade concorrente com o Ministério Público.
- (D) comunicar o fato exclusivamente ao tribunal de contas, órgão responsável pela apuração e punição dos atos de improbidade administrativa.
- (E) aguardar provocação formal de terceiros, sendo vedada a atuação de ofício diante de meros indícios.

QUESTÃO 27

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a opção correta.

- (A) O processo administrativo somente pode ser iniciado de ofício pela Administração Pública, sendo vedada a provocação pelo administrado.
- (B) A Administração deve obedecer aos princípios da legalidade, da finalidade, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da ampla defesa e do contraditório.
- (C) É vedada a convalidação de atos administrativos que apresentem defeitos sanáveis.
- (D) O administrado não possui direito de apresentar alegações finais antes da decisão administrativa.
- (E) A decisão administrativa não precisa ser motivada quando tratar de interesse individual.

QUESTÃO 28

De acordo com a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação –, assinale a opção correta.

- (A) O acesso à informação pública é restrito aos cidadãos brasileiros maiores de 18 anos de idade, devidamente identificados.
- (B) A informação em poder do Estado é, como regra, sigilosa, sendo o acesso permitido apenas em hipóteses expressamente previstas em Lei.
- (C) É assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, o direito de obter informações dos órgãos e das entidades públicas, independentemente de motivação.
- (D) Os órgãos públicos podem exigir do solicitante a justificativa do pedido de informação, sob pena de indeferimento.
- (E) Informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem são públicas e de livre acesso.

QUESTÃO 29



Um determinado município implementou um sistema digital integrado para a gestão de serviços públicos, por meio do qual são coletados e armazenados dados pessoais dos munícipes, tais como nome, CPF, endereço, dados de saúde para acesso aos programas assistenciais e às informações socioeconômicas. Durante auditoria interna, constatou-se que servidores de diferentes secretarias acessavam indiscriminadamente o banco de dados, inclusive informações sensíveis, sem critérios claros de necessidade, finalidade específica ou registro de acesso. Além disso, verificou-se que não havia política formal de proteção de dados, tampouco indicação de encarregado pelo tratamento de dados pessoais.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

- (A) O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público dispensa a observância dos princípios da finalidade e da necessidade, desde que vise à execução de políticas públicas.
- (B) Os dados pessoais sensíveis, quando são tratados pela Administração Pública, podem ser livremente acessados por qualquer servidor público, independentemente da função exercida.
- (C) A ausência de indicação de encarregado pelo tratamento de dados é irrelevante no âmbito da Administração Pública, uma vez que a LGPD se aplica apenas a pessoas jurídicas de direito privado.
- (D) O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público deve observar os princípios da finalidade, adequação e necessidade, sendo vedado o acesso indiscriminado a dados sensíveis, devendo, ainda, ser designado encarregado pelo tratamento de dados pessoais.
- (E) O compartilhamento e o acesso interno a dados pessoais no âmbito do Poder Público não se submetem às disposições da LGPD, desde que não haja finalidade econômica.

QUESTÃO 30



No curso de um processo administrativo disciplinar instaurado no âmbito de uma autarquia federal, servidores responsáveis pela instrução passaram a compartilhar, por meio de aplicativos de mensagens pessoais, documentos que continham dados pessoais e sensíveis do investigado, incluindo informações médicas e financeiras, sem qualquer controle de acesso ou registro formal. Além disso, tais informações foram disponibilizadas a servidores que não integravam a comissão processante, sob o argumento de facilitar a análise dos fatos.

Com base nessa situação hipotética e considerando-se a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), bem como os princípios que regem o processo administrativo previstos na Lei nº 9.784/1999, assinale a opção correta.

- (A) O compartilhamento de dados pessoais no âmbito do processo administrativo é livre entre servidores públicos, desde que haja interesse institucional e ausência de finalidade econômica.
- (B) A divulgação de dados pessoais e sensíveis será legítima quando for destinada à apuração administrativa, sendo dispensável a observância dos princípios da necessidade, da segurança e do acesso restrito.
- (C) Os servidores devem limitar o tratamento e o compartilhamento de dados pessoais ao estritamente necessário para a finalidade do processo, adotando medidas de segurança e restringindo o acesso apenas aos agentes autorizados, haja vista o caráter sensível dos documentos por eles compartilhados.
- (D) A LGPD não se aplica aos processos administrativos disciplinares, por se tratar de atividade típica da Administração Pública.
- (E) A utilização de meios informais de comunicação para o compartilhamento de dados pessoais é permitida, desde que não haja divulgação externa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31



A Resolução CFESS nº 1.114/2025 estabelece as condições éticas e técnicas essenciais e obrigatórias para o exercício profissional de assistentes sociais. A partir dessa informação, assinale a opção correta, acerca dos requisitos mínimos para o espaço físico de trabalho do assistente social.

- (A) Uma infraestrutura tecnológica apropriada para execução do trabalho, incluindo *software* de tradução e tecnologias assistivas.
- (B) Uma iluminação natural apropriada à natureza da atividade.
- (C) Uma sinalização visual e em libras do local de atendimento do assistente social.
- (D) Uma ventilação apropriada para atendimentos de curta duração e ar-condicionado para atendimentos de longa duração.
- (E) Um mobiliário para a guarda de documentos técnicos do serviço social, considerando as condições objetivas do órgão empregador.

QUESTÃO 32



Assinale a opção que apresenta corretamente as orientações a respeito da laicidade na profissão e no exercício profissional do assistente social, conforme a Resolução CFESS nº 1.084/2024.

- (A) É direito do assistente social abster-se de ornamentar o ambiente privativo profissional com símbolos, imagens, adereços e escritos religiosos ou sobrenaturalistas.
- (B) É dever do assistente social cuidar de sua estética visual, evitando o uso de vestuário e adereços com conteúdos religiosos ou sobrenaturalistas, durante o exercício profissional.
- (C) O assistente social, por motivação religiosa, poderá declarar-se inapto ou manifestar recusa de atendimento ou de emitir manifestação técnica em situações que conflitem com a sua opção religiosa.
- (D) No exercício profissional, o assistente social deve considerar as vivências a-religiosas, agnósticas e ateístas de indivíduos e grupos.
- (E) É direito do assistente social atuar ou ser conivente com ações que, orientadas por convicções morais-religiosas, favoreçam o acesso da população usuária a direitos e benefícios previstos em Lei, nas políticas públicas e demais instituições.

QUESTÃO 33



Com base no método em Marx e em sua relevância para a análise crítica da realidade social no âmbito do serviço social, assinale a opção correta.

- (A) O método em Marx apresenta a totalidade como categoria fundante de sua estrutura, bem como a reprodução social, a contradição e a mediação como categorias nucleares da metodologia de análise.
- (B) A abstração é a capacidade intelectual indispensável à análise, que permite extrair da totalidade um elemento, isolá-lo, examiná-lo, e retirar suas determinações mais concretas até alcançar as determinações mais simples.
- (C) No método em Marx, o pesquisador, em sua relação com o objeto, tem como objetivo conhecer as suas múltiplas realidades fenomênicas.
- (D) As categorias são construções teóricas obtidas por meio de questionamentos e reflexões sobre o objeto de pesquisa, que permite descrevê-lo e formular um modelo explicativo da sua ontologia.
- (E) Na perspectiva metodológica do método em Marx, o mais simples explica o mais complexo. Dessa forma, é necessário, inicialmente, compreender como uma forma mais simples se desenvolve para compreender inteiramente o mais complexo.

QUESTÃO 34



Acerca da instrumentalidade, assinale a opção correta, conforme os estudos realizados por Yolanda Guerra.

- (A) Reconhecer e atender às requisições técnico-instrumentais solicitadas pela instituição significa ser um profissional funcional à manutenção da ordem ou ao projeto burguês.
- (B) O elemento central da instrumentalidade refere-se ao manuseio dos instrumentos necessários à intervenção profissional, com o objetivo de alcançar as finalidades e os resultados teleologicamente planejados.
- (C) A instrumentalidade é uma categoria específica do serviço social que possibilita que os assistentes sociais intervenham nas condições objetivas e subjetivas da realidade social.
- (D) Sob o parâmetro de competência e da eficácia, faz-se necessário o uso da instrumentalidade materializada em ações instrumentais que priorizem a relação direta entre pensamento e ação na resolução dos problemas sociais expressos no cotidiano profissional.
- (E) A mediação é uma condição da instrumentalidade do exercício profissional do assistente social.

QUESTÃO 35



Assinale a opção correta que apresenta as contribuições que a categoria profissional dos assistentes sociais pode realizar nos diferentes espaços de controle social, conforme expresso por Raichelis.

- (A) identificar a crise da política que impede que os setores populares se apresentem nos espaços públicos como sujeitos legítimos e sejam reconhecidos em suas demandas e direitos
- (B) difundir a ideologia que concebe Estado e sociedade civil como instituições polares, dicotômicas, envolvidas em um jogo de soma zero, no qual um perde e o outro ganha
- (C) ampliar os fóruns da sociedade civil, estimulando a participação dos movimentos sociais e das organizações populares, especialmente dos usuários das políticas sociais públicas, nos Conselhos e nos demais espaços públicos de deliberação.
- (D) fortalecer o associativismo civil na disputa pelo fundo público
- (E) incentivar ações nos espaços públicos e privados que estimulem o desenvolvimento da consciência cidadã e do protagonismo individual como alternativa do fortalecimento e universalização de direitos

QUESTÃO 36



Em relação à Lei de Migração, assinale a opção correta.

- (A) Ao migrante é garantido o direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, desde que esteja deferida a autorização de residência ou de prorrogação de estada.
- (B) O visto de cortesia poderá ser concedido para a acolhida humanitária ao apátrida ou ao nacional de qualquer país em situação de grave instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, ou de grave violação de direitos humanos.
- (C) A posse ou a propriedade de bem no Brasil confere o direito de obter visto ou autorização de residência em território nacional.
- (D) A naturalização provisória poderá ser concedida ao migrante criança ou adolescente que tenha fixado residência em território nacional antes de completar dez anos de idade e deverá ser requerida por intermédio de seu representante legal.
- (E) É permitida a repatriação, a deportação ou a expulsão coletiva, desde que seja comprovada a participação coletiva do grupo ou da comunidade de pessoas em crime de genocídio, crime contra a humanidade, crime de guerra ou crime de agressão.

QUESTÃO 37



Assinale a opção que apresenta o debate quanto à diversidade humana, segundo a perspectiva materialista histórica.

- (A) As dimensões de sexo/sexualidade, raça/etnia e classe determinam, em grande medida, as múltiplas relações sociais estabelecidas na sociedade, seja por gerar situações desiguais entre indivíduos nas relações interpessoais, seja por estruturar relações de poder, exploração e opressão de um grupo social ou classe sob o outro.
- (B) No processo de individualização, os indivíduos constroem-se de forma diversa mediante a existência de um conjunto homogêneo de atos que o impulsionam no processo reprodutivo a adotarem diferenciados estilos de vida.
- (C) Para a efetivação dos direitos relativos à diversidade humana, faz-se necessário um projeto societário fundado na igualdade de oportunidades e na lógica da diferença.
- (D) A diversidade humana é um atributo oriundo das lutas sociais.
- (E) A diversidade humana é compreendida a partir da singularidade do sujeito, da relação do indivíduo com seu mundo interior, sendo independente das relações sociais e da sociabilidade de cada período histórico.

QUESTÃO 38



Iamamoto, ao realizar a discussão a respeito da questão social no capitalismo, aborda os aspectos centrais que atribuem novas mediações históricas à produção da questão social na cena contemporânea. Com base nessa informação, assinale a opção que apresenta um dos aspectos centrais citados por essa autora.

- (A) A questão social surge a partir da emergência da classe operária e de seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos trabalhistas.
- (B) A questão social refere-se às múltiplas manifestações das desigualdades produzidas no capitalismo maduro, inseparáveis da mediação do Estado, tendo origem na contradição entre a produção socialmente realizada e a apropriação privada do trabalho.
- (C) A modificação das formas de sociabilidade, na qual se vive uma sociedade de mercado, caracteriza-se por uma racionalidade pragmática e produtivista que impõe critérios como competitividade, rentabilidade e eficiência, forjando uma mentalidade utilitária e individualista, que é alinhada a uma perspectiva de naturalização da sociedade.
- (D) Tem ocorrido um crescente atendimento das necessidades sociais, o qual acontece por meio da democratização e da universalização do acesso às políticas sociais.
- (E) A questão social é indissociável das formas sociais assumidas pela luta de classes no capitalismo.

QUESTÃO 39



Assinale a opção que apresenta a dimensão que dá visibilidade social ao serviço social.

- (A) dimensão teórico-metodológica
- (B) dimensão técnico-operativa
- (C) dimensão ético-política
- (D) dimensão investigativa
- (E) dimensão da imediatividade

QUESTÃO 40



A Lei nº 12.594/2012 institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que praticar um ato infracional. Com base nessa informação e considerando a referida legislação, assinale a opção que apresenta um direito assegurado ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.

- (A) Ser transferido para uma unidade de internação mais próxima de seu local de residência, para o cumprimento de medida de privação da liberdade, quando inexistir o programa ou uma vaga em seu município.
- (B) Ser respeitado em sua personalidade, intimidade, liberdade de pensamento e religião e nos direitos que estejam expressamente indicados na sentença.
- (C) Receber, sempre que solicitar, informações a respeito da evolução de seu plano individual, sendo facultada a sua participação na elaboração do documento.
- (D) Ser acompanhado pelo agente socioeducativo e por seu defensor, em qualquer fase do procedimento administrativo ou judicial.
- (E) Ter atendimento garantido em creche e pré-escola aos filhos de 0 a 5 anos de idade.

QUESTÃO 41



O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta os princípios que regem a aplicação das medidas de proteção para situações de risco e socioeducativas. A partir dessa informação, assinale a opção que apresenta um desses princípios.

- (A) Obrigatoriedade da informação: os pais ou o responsável devem ser informados dos direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa, sendo isenta a participação da criança, de modo a evitar a sua revitimização.
- (B) Responsabilidade parental: a intervenção deve ser realizada de modo que os pais sejam responsabilizados pelos agravos sofridos pela criança e pelo adolescente.
- (C) Proporcionalidade e atualidade: a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão for tomada.
- (D) Intervenção protetiva: a intervenção deve ser exercida por todas as autoridades e por todas as instituições que atuem na promoção dos direitos e na proteção da criança e do adolescente.
- (E) Interesse superior da família: na promoção de direitos e na proteção da criança e do adolescente, devem ser considerados prioritários os interesses da família e deve ser dada a prevalência às medidas que a mantenham nesse núcleo.

QUESTÃO 42



Assinale a opção que apresenta uma competência do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS).

- (A) expedir carteiras profissionais de assistentes sociais, fixando a respectiva taxa
- (B) aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional
- (C) fixar, em assembleia da categoria, as anuidades que devem ser pagas pelos assistentes sociais
- (D) zelar pela observância do Código de Ética Profissional, funcionando como um tribunal regional de ética profissional
- (E) prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de serviço social

QUESTÃO 43



Assinale a opção correta, no que diz respeito ao Código Processual Disciplinar.

- (A) Exercer a profissão quando impedido de fazê-lo e deixar de pagar, regularmente, as anuidades e contribuições devidas ao Conselho Regional de Serviço Social a que esteja obrigado são infrações disciplinares passíveis de serem apuradas pelos procedimentos estabelecidos no Código Processual Disciplinar.
- (B) Na aplicação da pena serão considerados os seguintes aspectos: a gravidade da falta; a individualidade da pena; o caráter primário ou não do infrator; e as condições em que ocorreu a infração.
- (C) São quatro as penalidades previstas no Código Processual Disciplinar: multa; advertência pública; suspensão do exercício profissional por até seis meses; e cassação do exercício profissional.
- (D) O processo será instaurado, instruído e julgado em caráter público, cumprindo os requisitos de transparência e licitude.
- (E) A representação, a denúncia ou a queixa deverá ser apresentada mediante encaminhamento de *e-mail* ou documento escrito e assinado pelo denunciante, contendo no mínimo: nome e qualificação do denunciado; e prova documental dos fatos.

QUESTÃO 44



Dentre os princípios fundamentais expressos no Código de Ética do Assistente Social, destaca-se a defesa do aprofundamento da democracia. A partir dessa informação, assinale a opção que apresenta a concepção atribuída a esse princípio pelo Código.

- (A) a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo
- (B) o posicionamento em favor da equidade e da justiça social
- (C) o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito
- (D) a socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida
- (E) a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais

QUESTÃO 45

O desagravo público é um instrumento institucional a ser utilizado pelo CRESS e(ou) CFESS, que visa à reparação da ofensa, à denúncia da situação e à dimensão pedagógica. A partir dessa informação, assinale a opção correta, acerca das orientações e das diretrizes do desagravo público, conforme a Resolução CFESS nº 1.073/2024.

- (A) O desagravo público não se aplica quando o ofensor for assistente social.
- (B) O desagravo público poderá ser convertido em multa, mediante a concordância do ofensor.
- (C) O ato de desagravo público deverá ser, obrigatoriamente, realizado presencialmente, na sede do CRESS da região do ofendido.
- (D) Ocorrerá o arquivamento do pedido de desagravo público se a ofensa for caracterizada como de natureza pessoal ou se estiver relacionada com o exercício profissional e com as prerrogativas gerais da profissão.
- (E) Existindo dois ou mais ofendidos, a renúncia de um implicará a renúncia do outro.

QUESTÃO 46

Assinale a opção que apresenta os instrumentais básicos a serem utilizados no exercício da ação fiscalizadora do conjunto CFESS/CRESS.

- (A) relatório de visita de fiscalização e termo de visita
- (B) relatório de averiguação de irregularidades e termo de orientação
- (C) relatório de visita de orientação e fiscalização e termo de visita de fiscalização e orientação
- (D) relatório de fiscalização e termo de advertência e orientação
- (E) relatório de orientação e termo de fiscalização e averiguação de irregularidades

QUESTÃO 47

Assinale a opção correta que apresenta a(s) estratégia(s) de operacionalização do estágio supervisionado, conforme a Política Nacional de Estágio em Serviço Social (PNE).

- (A) O estudante poderá iniciar o estágio após cumprir as disciplinas de fundamentos histórico-teórico-metodológicos do serviço social I e II e processo de trabalho e serviço social, considerando a importância da formação do senso crítico e os conhecimentos específicos básicos da profissão.
- (B) Dentre as finalidades do fórum de supervisores, estão fortalecer o estágio como momento estratégico de formação dos assistentes sociais e proporcionar a organização dos profissionais para o enfrentamento das questões relativas à formação e ao exercício profissional.
- (C) A carga horária das atividades de campo deve ser de, no máximo, 20 horas semanais, além da realização de, no mínimo, 3 horas/aula quinzenais de supervisão acadêmica.
- (D) O estágio curricular não obrigatório deve ter a garantia da supervisão de campo e da supervisão acadêmica, sendo dispensada a apresentação de relatórios semestrais.
- (E) Uma das modalidades de estágio sistematizada e aprovada na Política Nacional de Estágio é o estágio em pesquisa.

QUESTÃO 48

No que diz respeito às particularidades históricas do processo de institucionalização e legitimação do serviço social no Brasil, assinale a opção correta.

- (A) O Movimento de Reconceituação, ocorrido na década de 1960, caracterizou-se por concepções centradas na dignidade da pessoa humana e na compreensão da sociedade como união dos indivíduos para a realização do bem comum, sendo reconhecido como uma tentativa de reatualização do conservadorismo no âmbito da profissão.
- (B) O serviço social institucionaliza-se e legitima-se profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelos movimentos sociais para o atendimento dos interesses e fortalecimento da classe trabalhadora na década de 1930.
- (C) Os referenciais orientadores do pensamento e da ação profissional nos primórdios do serviço social brasileiro têm a sua fonte nas doutrinas fenomenológica e existencialista.
- (D) O assistente social tem se configurado como um profissional liberal e autônomo no exercício profissional, dispondo do controle das condições materiais, organizacionais e técnicas para o desempenho de seu trabalho.
- (E) O projeto ético político do serviço social tem como referência a relação orgânica com o projeto das classes subalternas, reafirmado pelo Código de Ética de 1993, pelas Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Lei de Regulamentação da Profissão.

QUESTÃO 49

A função da Política de Assistência Social, conforme a NOB/SUAS, é produzir, sistematizar, analisar e divulgar informações territorializadas acerca de situações de vulnerabilidade e risco que incidem sob famílias e indivíduos, bem como acerca de ocorrências de violação de direitos e acerca do tipo, do volume e dos padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. Com base nessas informações, assinale a opção que apresenta a função da Política de Assistência Social.

- (A) gestão da informação socioassistencial
- (B) observatório de vulnerabilidades sociais
- (C) sistema de monitoramento socioassistencial
- (D) vigilância socioassistencial
- (E) diagnóstico socioterritorial permanente

QUESTÃO 50

Assinale a opção correta, em relação à Política Nacional de Fiscalização do Exercício Profissional do Assistente Social.

- (A) Os CRESS poderão baixar normas complementares, que tornem a prevenção, a orientação e a fiscalização mais eficazes, desde que não colidam com as normas estabelecidas na Resolução do CFESS que rege a fiscalização profissional e a Política Nacional de Fiscalização.
- (B) A comissão de orientação e fiscalização (COFI) é uma comissão temporária, constituída por três membros: um agente fiscal, a quem caberá a coordenação; um conselheiro; e um assistente social inscrito no CRESS.
- (C) Compete à comissão de orientação e fiscalização (COFI) requerer o encaminhamento de notificação judicial ao órgão ou estabelecimento público, autárquico, ou particular que realize atos ou preste serviços específicos ou relativos ao serviço social e que não disponha de assistente social para o desempenho de suas atribuições e competências.
- (D) É competência da comissão ampliada de ética atuar em situações que indiquem a violação da legislação profissional, com adoção de procedimentos administrativos necessários.
- (E) Compete aos agentes fiscais participar de todas as reuniões e atividades realizadas pelo CRESS.